



Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 9/8/2010 às 17:33
/ estagiário

CONGRESSO NACIONAL

MPV-497

00094

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	Proposição <i>EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 497/2010</i>
--	---

autor Deputado Alfredo Kaefer PSDB/PR	n.º do prontuário
---	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. x <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória nº 497/2010 um novo artigo, e que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. XX O § 1º, art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e § 1º, art. 5º, da Lei nº 10637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º – Na hipótese deste artigo, a pessoa jurídica vendedora poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º destas leis e artigos 8º e 15º da Lei nº 10.925 de 23 de julho de 2004, para fins de:

I – dedução do valor da contribuição a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno;

II – compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposta legislativa que visa adequar o direito material, possibilitando as empresas agroindustriais e exportadoras à utilização do crédito presumido das contribuições para o PIS e a COFINS incidentes nas aquisições de produtos agropecuários utilizados como insumos de produção industrial, na forma de compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal ou restituição em espécie.

A medida legislativa faz-se necessária para desonerar a cadeia produtiva da empresa agroindustrial exportadora, atualmente em desvantagem ante as demais empresas com o mesmo tipo de atividade, porém com preponderância de vendas no mercado interno, as quais podem utilizar o referido crédito presumido para abatimento de seus débitos normais.

Justifica-se assim a mudança legislativa, para desonerar o custo dos produtos exportados, bem assim como restituir ao Agroindustrial exportador o direito consagrado constitucionalmente através do princípio da isonomia, que lhe fora retirado pela redação da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

PARLAMENTAR

ASSINATURA

09/08/2010

Alfredo Kaefer PSDB/PR

